

CRISE GLOBAL E PREÇOS MÍNIMOS

*** Roberto Rodrigues**

Estamos plantando uma safra bem mais cara que as dos anos anteriores por causa do aumento dos custos de produção, sobretudo dos fertilizantes e combustíveis.

Com isso, precisamos de mais reais por hectare no crédito rural. E, com a queda dos depósitos à vista por causa do fim da CPMF, a fonte principal do crédito rural diminuiu.

Alem disso, os financiamentos das tradings e multinacionais, sobretudo para a soja, caíram, em função da crise global, bem como sumiram os créditos para exportação.

Sendo assim, nossos produtores vão plantar uma safra mais cara com menos recursos. E no olho do furacão da crise global.

E ainda há uma enorme incerteza quanto ao resultado da safra daqui a 4 ou 5 meses, porque ninguém pode afirmar quais serão os preços praticados na colheita.

Embora não seja provável, é possível que, se a crise se aprofundar muito mais, os preços caiam, em dólares, lá fora. Se o dólar se mantivesse valorizado, poderia haver uma compensação em reais! Mas também não há a menor garantia desta valorização.

Tudo somado, pode ser que tenhamos um problema sério: plantio caro e com pouco crédito, preços baixos na colheita. Neste cenário eventual, embora pouco provável, dois atores precisam se organizar: os agricultores e o governo.

Os agricultores, botando as barbas de molho, cortando despesas, plantando só o que puderem plantar com o crédito rural conseguindo, com a melhor tecnologia disponível, para não darem o passo maior que a perna.

E o governo tem um grande papel a jogar.

Já saiu na frente, com agilidade, na questão do crédito rural e também no crédito às exportações. Agora é preciso que os bancos cuidem da parte deles, fazendo o crédito chegar de fato aos seus tomadores. O Banco do Brasil, do seu lado, aumentou a oferta de crédito.

Mas o maior papel do governo será o de garantir a renda dos produtores na colheita. Se não fizer isto, o possível desastre poderia levar a uma brutal inadimplência no campo, com reflexos muito fortes no futuro, quanto à redução da capacidade de plantio e conseqüentes problemas no abastecimento, na balança comercial e na inflação.

Temos um mecanismo para resolver isto, hoje meio desmoralizado: trata-se da Política de Garantia de Preços Mínimos. É hora de ressuscitar este poderoso instrumento legal, que faz muito sentido em tempos de crise.

Para isso, o governo precisa ter coragem e tomar as atitudes necessárias: em primeiro lugar, rever os atuais preços mínimos, que estão completamente defasados em relação aos novos custos de produção. É fundamental que isto seja anunciado com urgência, para que os agricultores tomem decisões acertadas.

E, ainda mais importante, o governo tem que colocar recursos orçamentários à disposição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento para ele exercer na plenitude este instrumento essencial.

O ideal, naturalmente, é que o mercado funcione, com todos os seus mecanismos, onde o hedge ganha papel cada vez mais relevante. Quando o seguro rural, criado por lei em 2003 e regulamentado em 2004 estiver funcionando para valer, isto tudo estará resolvido.

Mas, em um momento como este, em que o mercado é uma absoluta incerteza, o governo precisa agir com firmeza. E não se trata de salvar agricultores. Trata-se de garantir a estabilidade do país no médio prazo.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**